

HABEAS CORPUS Nº 547.012 - MG (2019/0349446-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : JOAO PEDRO COELHO GONCALVES
ADVOGADO : JOAO PEDRO COELHO GONCALVES - MG191831
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JONATHAN DOS SANTOS FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JONATHAN DOS SANTOS FERREIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 3/8/2019, prisão posteriormente convertida em preventiva, pela suposta prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, em decorrência da apreensão de aproximadamente 27g (vinte e sete gramas) de maconha.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 29).

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – ILEGALIDADE DA PRISÃO – INOCORRÊNCIA – ILEGALIDADE DO LAUDO PRELIMINAR – AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA – DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA – IMPROPRIEDADE DA VIA.

1. A ilegalidade da prisão por ausência de mandado judicial para o ingresso de Policiais no domicílio do Paciente não prospera, quando caracterizada a hipótese de flagrante presumido, prevista no art. 302, IV, do Código de Processo Penal.
2. É ônus da parte interessada pré-constituir a prova necessária a demonstrar, de plano, o direito alegado, em razão da natureza sumária e estreita do writ.
3. O pedido de Desclassificação da Conduta, por demandar dilação probatória e exame aprofundado de matéria fático-probatória, não se mostra compatível com o Habeas Corpus, devendo ser analisada na Ação Penal.

No presente *writ*, afirma o impetrante, em síntese, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, ao argumento de que a decisão que decretou a prisão

preventiva não estaria amparada em fundamentação idônea.

Sustenta que "no presente *Habeas Corpus* se discute a nulidade das provas colhidas para sustentar a prisão em flagrante, convertida em prisão preventiva, bem como a ausência de justa causa para prosseguimento da persecução penal, por inexistir qualquer elemento indiciário da conduta do Paciente como incurso crime tipificado no art. 33, caput, da Lei 11.343/06" (e-STJ fl. 6).

Requer "a concessão liminar da ordem de *Habeas Corpus*, a fim de suspender a tramitação do processo até o julgamento do *writ*, com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente" (e-STJ fl. 15).

Pleiteia, outrossim, "a concessão liminar da presente ordem de *Habeas Corpus*, em favor de JONATHAN DOS SANTOS FERREIRA, para o trancamento da ação penal 0012023-10.2019.8.13.0184, em trâmite perante a 2ª Vara Criminal de Conselheiro Pena/MG, independentemente das informações da Autoridade Coatora" (e-STJ fl. 15).

No mérito, requer "a concessão definitiva da ordem de *habeas corpus* para declarar ilícitas as buscas e apreensão realizadas, bem como as provas obtidas e as provas derivadas, conforme pelas nulidades apontadas" (e-STJ fl. 15).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, consta do decreto constitutivo o seguinte (e-STJ fl. 42):

Lado outro, como bem salientado pelo douto Promotor de Justiça Plantonista, "o *periculum libertatis* da medida se encontra consubstanciado na necessidade de se manter a prisão do

Superior Tribunal de Justiça

flagranteado para garantia da ordem pública, ainda que não conste CAC dos autos, nota-se que o autuado **ostenta extensa ficha criminal - FAC anexa, inclusive com prisões provisórias por motivo de crimes da mesma espécie, por mais de uma vez (tráfico ilícito de drogas) e delitos de notável gravidade, como homicídio qualificado e porte/posse de arma de fogo de uso restrito ou proibido (artigos 121, §2º do Código Penal e 16 do Estatuto de Desarmamento)**, revelando-se essencial a manutenção da prisão provisória, a fim de evitar a reiteração delitiva, nos moldes do art. 313, 11, do Código de Processo Penal."

Ao que parece, nesse juízo perfunctório, a prisão preventiva está devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, notadamente se considerado o risco de reiteração delitiva (e-STJ fls. 42/43).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste recurso.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator